

# Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos

*Neither officers nor soldiers: profile of the Brazilian Imperial intermediate military rank during Farrapos War*

**José Iran Ribeiro\***

*Artigo recebido em 14 de setembro de 2009 e avaliado em 25 de novembro de 2009*

## **Resumo:**

Esta análise trata das praças graduadas do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos. Estes homens não ocuparam funções de maior destaque e raramente são consideradas especificamente pela historiografia. A partir de suas fés de ofício busca-se analisar as possibilidades e os limites de suas ações naquele contexto de significativo aumento das forças militares e de fortalecimento do Estado Imperial.

## **Palavras-chave:**

Exército Imperial brasileiro. Estado Imperial brasileiro. Guerra dos Farrapos.

## **Abstract:**

This analysis regards Brazilian Imperial Army ranked soldiers in the Farrapos War context. These men did not hold distinguished positions and are seldom specifically considered by the historiography. The possibilities and limits of their actions at that context of meaningful increase of military force and of strengthening of the Imperial State are analyzed through their professional detailed reports.

## **Keywords:**

Brazilian Imperial Army. Brazilian Imperial State. Farrapos War.

\* Doutor em História Social PPGHIS/ UFRJ; professor substituto UFSM; pesquisa financiada pela CAPES; autor de *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005.

A historiografia brasileira especializada nas questões militares tem se desenvolvido teórica-metodologicamente e ampliado consideravelmente seus interesses de pesquisa<sup>1</sup>. Uma das perspectivas mais interessantes dos novos trabalhos é a análise das trajetórias de militares, sem as motivações heroizantes que tenderam a caracterizar os textos mais antigos<sup>2</sup>. Entretanto, por limitações da documentação, os novos trabalhos desse tipo têm centrado suas atenções especialmente nos oficiais de alta patente. Afinal, alcançar militares de postos inferiores, que não desempenharam funções de maior destaque, que não tiveram papel destacado em algum acontecimento significativo, que enceraram suas carreiras em patentes pouco expressivas, enfim, que não obtiveram destaque é, obviamente, extremamente difícil. Em função disto, o que sabemos de mais aprofundado sobre os militares brasileiros tende a se referir, quase que exclusivamente, aos oficiais.

Esta análise objetiva contribuir no preenchimento desta lacuna historiográfica, analisando trajetórias das praças graduadas do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos e do processo de centralização do Estado Imperial, empreendido pelos integrantes do partido conservador. Tentar observar estes indivíduos de forma mais aproximada permite a verificação da variedade dos perfis, a expressividade das características mais gerais e as transformações nas trajetórias individuais decorrentes tanto das possibilidades singulares de cada sujeito quanto das mudanças instituídas pelos gestores do Império. Esta aproximação é possível através de documentos chamados fés de ofício, que são uma espécie de histórico profissional do militar. Nas fés de ofício consta o ano e o lugar de nascimento, o nome do pai; algumas características físicas, como a altura, a cor dos cabelos e dos olhos, mas dificilmente a cor da pele, eventualmente sinais particulares; a condição de ingresso no Exército, recrutado ou voluntário; as unidades em que serviu o militar, as movimentações que participou; se for o caso, promoções, licenças, entradas nos hospitais, punições. Alguns destes documentos são mais completos que outros. As fés de

<sup>1</sup> Para uma perspectiva da produção da área de história militar no Brasil atualmente, consultar Castro, Izecksohn & Kraay (2004). Sobre diferentes perspectivas da história militar, consultar: TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In: *A Defesa Nacional*. Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1995. n.º 768 – abr/mai/jun.

<sup>2</sup> Exemplos desta nova perspectiva da história das trajetórias de militares são os trabalhos de KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press, 2001; SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a formação do Império Brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 e DORATIOTO, Francisco. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ofício normalmente acompanhavam avaliações de saúde, reformas, transferências, requerimentos e processos diversos. Portanto, elas não fazem parte ou estão reunidas em um fundo documental especial, mas distribuídas entre o restante da documentação militar, policial, judicial, da administração provincial. É um tipo de amostra que os estatísticos chamam de *amostragem acidental* ou *população acessível*, na qual os dados são reunidos na medida em que são encontrados porque não é possível reuni-los por amostragem, quotas ou qualquer outro tipo de perspectiva.

As considerações a seguir baseiam-se em 37 fés de ofício, produzidas entre 1835 e 1865, que dizem respeito à militares envolvidos na guerra contra os republicanos rio-grandenses, senão durante anos, ao menos por alguns poucos meses e atualmente guardadas em vários fundos documentais de instituições arquivísticas diferentes. Uma amostra muito pequena, considerando-se que por volta de 20.000 militares que defenderam as cores do Império no Rio Grande do Sul. E, dessa forma, seja pela casualidade com que foram encontradas, seja por serem em pequeno número, não é possível assegurar o quanto a amostra representa a população total dos indivíduos mobilizados para lutar contra republicanos rio-grandenses. Como também não há garantia de que as tendências apontadas por base nelas sirvam para afirmações definitivas.

Em defesa da utilização destes documentos, pode-se argumentar que as fés de ofício permitem inúmeras possibilidades de análise e comparações dificilmente alcançáveis a partir de outras fontes. Afinal, ao permitirem o acompanhamento ainda que de apenas alguns momentos das vidas dos indivíduos à que se referem, as fés de ofício possibilitam o acompanhamento dos percursos realizados e, a partir disto, o exame das balizas norteadoras das ações dos indivíduos compreendidos por estes documentos, assim como as alternativas que criaram e os obstáculos que conseguira ultrapassar. Como disse Jacques Revel, “*estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação*”.<sup>3</sup>

O objetivo aqui não é ficar restrito à catalogação dos dados, que, muitas vezes, são “*classificados de acordo com categorias sedimentadas e não criticadas, descritas mais que analisadas*”.<sup>4</sup> Este é um dos

<sup>3</sup> REVEL, Jacques. A história rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.17.

<sup>4</sup> Idem, p. 11.

problemas que pode atingir a história quantitativa e/ ou serial quando deixa a vida dos indivíduos “*largamente posta à margem*”.<sup>5</sup> Neste caso, ainda citando Carlo Ginzburg, vai se tentar dar “carne e sangue” aos números, movimentando-os, sempre que possível, cotejando os dados das tabelas com as informações das trajetórias descritas na individualidade das fés de ofício, com outros documentos e referências úteis. Considerando todos para obter conclusões plausíveis a partir da diversidade que os casos apresentam.

As praças graduadas ingressavam no Exército como recrutas, transformaram-se em soldados e receberam pelo menos uma promoção durante a vida militar<sup>6</sup>. Segundo boa parte da historiografia militar do Brasil, se havia poucos atrativos para alguém servir no Exército se não fosse como oficial, não eram maiores as motivações para alguém permanecer depois de cumprido o tempo obrigatório. Além da rudeza da vida nos acampamentos, dos atrasos frequentes dos soldos, todas as praças estavam sujeitas a uma legislação que determinava punições físicas violentas e aplicadas conforme as subjetivas avaliações dos oficiais comandantes. Este quadro explica porque 90% dos indivíduos incorporados como praças do Exército Imperial, entre 1838 e 1844, foram recrutados contra a própria vontade<sup>7</sup>.

Em função disso tudo, é extremamente interessante discutir as razões que transformaram soldados em praças graduadas, indivíduos que simplesmente não deixaram os anos correr até o fim do tempo obrigatório, mas permanecerem nas fileiras militares e construir uma carreira profissional para além dos anos a que eram obrigados a servir. Pode-se começar a análise considerando a forma de ingresso no Exército destes homens.

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como; Provas e possibilidades à margem de “o retorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, S.A, 1989. p.171

LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto*: tre saggi su Piemònte e Ligúria in età moderna. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.

LIMA, Henrique E. *A micro-história italiana*: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>6</sup> Os postos das praças graduadas eram anseçada, cabo de esquadra, furriel, 2º sargento e 1º sargento. Havia também o caso das praças particulares, como soldados e sargentos, que eram filhos de funcionários públicos ou camaradas de oficiais (CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995).

<sup>7</sup> MENDES, Fábio F. *O tributo de sangue*: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial. Tese (doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

Ilustração 1: Forma de ingresso das praças graduadas segundo a amostra de fés de officio.

Forma de ingresso	Valores
Voluntários	15 (41%)
Recrutados	16 (43%)
Não consta	6 (16%)
Totais	37 (100%)

É muito significativo que num Exército em que havia 1 voluntário para cada 9 recrutados há quase igualdade entre o número de praças graduadas que ingressaram em uma ou outra destas formas na amostra de fés de officio reunidas. Esta similaridade sugere que os voluntários ascendiam mais facilmente na hierarquia que os recrutados. E esta mesma tendência também é indicada pelo cotejamento das datas de ingresso e da primeira promoção das praças graduadas.

Ilustração 2: Relação entre a forma de ingresso e o tempo de serviço por ocasião da primeira promoção das praças graduadas segundo a amostra de fés de officio.

Tempo de serviço/ Forma de ingresso	Até 1 Mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 10 meses	Mais de 1 ano	Totais
Voluntários	5	2	-	1	1	9
Recrutados	-	3	2	1	7	13

Os números acima sugerem que o futuro de alguém no Exército era fortemente influenciado pelo fato de haver ingressado na condição de voluntário ou de recrutado. E, apesar dos voluntários serem a minoria, percebe-se que eles ascendiam mais rapidamente na hierarquia à condição de praças graduadas que os recrutados. Inicialmente, poder-se-ia inferir que mais tempo de serviço, maior conhecimento dos procedimentos militares, mais oportunidades para fazer relações e amizades dentro da força contribuía para a promoção de alguém. Se no geral isto era válido para o decorrer da carreira militar, os percentuais da tabela sinalizam que o início da carreira na condição de voluntário ou recrutado influía decisivamente na construção das carreiras futuras.

A distribuição dos resultados sugere que os voluntários tinham muito mais oportunidade de receber alguma promoção logo que incorporavam e que as chances dos recrutados só aumentava com o passar do tempo. Mas, então, estes tinham poucas possibilidades de alcançar na hierarquia os contemporâneos que haviam sentado praça voluntariamente. É possível mensurar as perspectivas de ingressar como recrutado ou voluntário considerando o nível de ascensão na hierarquia do Exército de uns e de outros conforme suas idades de ingresso.

Ilustração 3: Relação da forma de ingresso, do nível de ascensão das praças e da idade em que incorporaram as praças graduadas segundo a amostra de fés de ofício.

Postos	Formas de Ingresso	Até 20 anos	Até 25 anos	Até 30 anos	Mais de 30 anos	Totais
Sargentos	Voluntários	6	2	-	1	9
	Recrutados	2	-	1	2	5
Furriéis	Voluntários	2	-	-	1	3
	Recrutados	-	1	1	-	2
Cabos de Esquadra	Voluntários	-	-	-	1	1
	Recrutados	4	1	1	1	7
Anspeçadas	Voluntários	1	-	-	-	1
	Recrutados	-	1	-	-	1
Totais		15	5	3	6	29

As vantagens dos voluntários mais uma vez são indicadas nesta outra ilustração. Os que incorporavam voluntariamente recebiam mais promoções, eram promovidos mais cedo e ascendiam mais alto na hierarquia. A ilustração acima também informa que os militares voluntários que alcançaram a condição de praças graduadas incorporaram mais cedo que os recrutados. Teoricamente, incorporar mais jovem no serviço militar permitia uma vida profissional mais longa e, conseqüentemente, a ampliação das possibilidades de ser promovido. Novamente, segundo os números desta ilustração este raciocínio concretizava-se mais frequentemente para os que haviam se apresentando espontaneamente, já que os recrutados até os 20 anos de idade não ascenderam tanto quanto os demais.

Certamente que as particularidades individuais e as atribuições da vida influíam decisivamente para a materialização das expectativas dos que se voluntariavam esperando desenvolver uma carreira no ser-

viço das armas, assim como construíam oportunidades não divisadas inicialmente que podiam entusiasmar indivíduos incorporados forçosamente. O voluntário da amostra que incorporou mais jovem ao Exército se chamava João Pereira Fagundes. Ele ingressou aos 15 anos, era branco de olhos azuis e cabelos louros, filho de um pai civil, nasceu na vila de São Gabriel, no Rio Grande do Sul – sede do quartel general do barão de Caxias na província – e sentou praça no último ano da guerra contra os republicanos. Serviu num regimento de cavalaria, arma onde as promoções pareciam ser mais frequentes, mas alcançou somente o posto de furriel depois de 5 anos de serviço. Em sua fé de ofício consta uma prisão por relaxamento e falta ao serviço. Em 1850, pediu baixa por haver acabado seu tempo de serviço<sup>8</sup>. O recrutado mais jovem da amostra de fês de ofício de praças graduadas também nasceu no Rio Grande do Sul. Euzébio Nunes de Souza foi recrutado aos 16 anos, em 1842, e recebeu promoções mais ou menos a cada 2 anos, chegando ao 1º sargento em 1849. Era filho de um civil e seus cabelos pretos e olhos pardos sugerem que não era branco. Assim como João Fagundes, Euzébio também era um militar de cavalaria e, em 1850, pediu baixa por haver completado seus 8 anos de serviço obrigatório sem ter falta alguma em suas notas<sup>9</sup>.

Não há outras informações sobre estes 2 indivíduos. Resta, então, buscar as causas dos roteiros construídos por eles nas vicissitudes conhecidas das situações em que estavam inseridos. Pode-se inferir que ainda menino João Fagundes se animou com as movimentações das tropas imperiais no Rio Grande do Sul, a construção de um forte grandioso em sua localidade natal<sup>10</sup> e o exemplo da ascensão de vários conterrâneos na carreira militar. Aquele foi um período em que cada vez mais o Exército tornava-se uma oportunidade visível de elevação social para indivíduos oriundos dos setores mais baixos. Isto é muito claro pelo fato de 14 dos 60 generais do Exército brasileiro da segunda metade do XIX terem incluído como simples soldados, sendo que a maioria deles sentou praça na década de 1830<sup>11</sup>. Entendimento

<sup>8</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Fundo Requerimentos (REQ), Maço (M.) 90, campo de Trilha, 19/10/1850, fé de ofício de João P. Fagundes.

<sup>9</sup> AHRs, REQ, M. 90, Bagé, 11/9/1850, fé de ofício de Euzébio N. de Souza.

<sup>10</sup> Já nos últimos anos da guerra contra os republicanos, os imperiais construíram um forte em São Gabriel que receberia a denominação de Caxias, obviamente, em homenagem ao barão que conseguiu submeter os revoltosos. Para a época, parece ter sido uma construção vultosa. Uma descrição do forte Caxias pode ser encontrada em AHRs, Fundo Autoridades Militares (AM), M. 142, São Gabriel, 29/7/1844, coronel Manoel M. de Souza ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> LAGO, Laurênio. *Os generais do Exército brasileiro: de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

que ainda era mais evidente para os nascidos no Rio Grande do Sul, província de onde provinham 6 daqueles generais incorporados como praças. Por certo que esta importância dos militares no meio em que João cresceu influenciou decisivamente para sua disposição em sentar praça espontaneamente.

Apesar de inicialmente motivado, o voluntário João Fagundes não alcançou a mesma posição hierárquica de Euzébio. Possivelmente porque incorporou no período em que se iniciou o desmonte da máquina militar imperial no Rio Grande do Sul. Um contexto em que já não era mais tão necessário um efetivo da enormidade do que havia sido mobilizado anteriormente e em que havia militares muito mais experientes para o preenchimento das vagas abertas nos postos superiores. Nesta conjuntura, nem mesmo sendo oriundo de uma dos pontos militares mais importantes do Rio Grande do Sul, João não conseguiu granjear outras promoções e pode ser que isto tenha desmotivado o jovem voluntário, que, aos 20 anos, já não desejava mais continuar no Exército. Talvez porque a vida na caserna não correspondeu às suas expectativas, talvez porque tenha descoberto alguma atividade mais proveitosa. Não há como saber.

Apesar de também ser natural do mesmo ambiente militarizado, diferentemente, Euzébio não desejava fazer parte do Exército. No entanto, enfrentou a situação de haver sido recrutado da melhor forma possível, o que significou acatar resignadamente as determinações dos superiores e aceitar as promoções que lhe eram oferecidas. E, mesmo a contragosto, Euzébio foi mais favorecido em sua ascensão na hierarquia, talvez, por haver sido recrutado em 1842, o ano em que o barão de Caxias assumiu o mando do Exército Imperial no sul, recebendo cada vez mais efetivos e dispondo de grande autonomia para promover seus subordinados<sup>12</sup>. Possivelmente, a conformidade de Euzébio com a condição de soldado foi valorizada por seus superiores, que lhe atribuíram responsabilidades mais importantes, ao que correspondeu satisfatoriamente, ainda que a ascensão na hierarquia não o tenha seduzido a permanecer além do tempo obrigatório. O pedido de baixa de alguém que não desejava sentar praça parece ser mais coerente do que a solicitação de dispensa de quem se apresentou voluntariamente. Contudo, se, necessariamente, não há razão para alguém mudar seus desejos, também não há motivo para que disposições iniciais fossem mantidas.

<sup>12</sup> Sobre a ação do barão de Caxias na primeira metade do século XIX, consultar SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

A disposição em servir de um e a resignada disposição de outro faziam destes dois homens militares valiosos. Ambos foram atendidos nos pedidos de baixa, mas se houvessem solicitado dispensa durante os anos da guerra ou esperado alguns meses, muito provavelmente, teriam de continuar servindo para lutar contra os republicanos ou formar os efetivos deslocados para a invasão ao Uruguai em 1851. Afinal eram veteranos experientes e capazes fisicamente de lutar. Em outras palavras, ingressaram no Exército e deixaram a instituição em momentos diferentes, na primeira metade da década de 1840 havia condições favoráveis para a ascensão na carreira, antes e depois disto os administradores militares muito dificilmente teriam sido favoráveis em dispensá-los em função da necessidade de efetivos. Infelizmente não é possível comparar estes diferentes contextos de mobilização militar por não haverem estudos que deem conta de situações deste tipo nas tropas movimentadas para a guerra de 1851/52.

Deve-se atentar que no cenário das revoltas da regência as necessidades urgiam e faziam com que os oferecimentos para servir fossem extremamente valorizados. Ao menos foi assim que Manoel da Costa Palmeiro que, por ter sido o primeiro a se apresentar a favor da restauração no Maranhão, em 1840, como também por “sua conduta e serviços”, logo recebeu o posto de furriel, aparentemente, sem que fosse necessário servir tempo algum como soldado e cabo de esquadra. É importante destacar que Manoel tornou-se um militar de artilharia, a especialidade que requeria mais capacidade técnica no Exército, e permaneceu servindo até 1846, quando foi considerado incapaz por uma junta de saúde<sup>13</sup>. Exemplo evidente de que, mais importante que saberes especiais, os militares daqueles tempos eram mais considerados por sua disposição em servir.

A necessidade de efetivos daqueles anos significou a rápida promoção de praças recém incluídas, mas esta não foi uma característica exclusiva dos anos da regência. Várias das fés de ofício dizem respeito a militares que ingressaram no Exército ainda na década de 1820 e alguns deles também foram promovidos muito rapidamente depois de sentarem praça. Foi o caso de Antônio Ribeiro Revinhade, voluntário em abril de 1820, promovido anseçada no mês seguinte, cabo de esquadra em outubro e furriel em novembro de 1822, 2º sargento em abril de 1823, 1º sargento em maio de 1826 e sargento-ajudante em janeiro de 1828, condição esta em que ainda se mantinha em 1837<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Respectivamente, Arquivo Nacional (AN), Fundo Série Guerra (SG), IG<sup>1</sup> 69, Pernambuco, 4/7/1846, fé de ofício de Manoel da C. Palmeiro; Recife, 4/6/1846, capitão Camilo P. de Lacerda; 30/6/1846, junta de saúde.

<sup>14</sup> AN, SG, IG<sup>1</sup> 172, Porto Alegre, 26/5/1837, fé de ofício de Antônio R. Revinhade. Situações semelhantes podem ser consultadas em AN, SG, IG<sup>1</sup> 141, Rio de Janeiro, 18/5/1835, fé-de-ofício de Antônio X. M. Campelo; AHRS, AM, M. 138, Rio Grande, 24/10/1838, fé-de-ofício de José G. da Cruz.

Contudo, a necessidade de reconstruir numericamente um Exército para reprimir as revoltas provinciais fez com que as promoções das praças graduadas fossem aceleradas consideravelmente logo nos primeiros anos da década de 1830, portanto, ainda sob o governo dos liberais. João Francisco Regis Junqueira assentou praça espontaneamente em janeiro, não precisou ser promovido à anspeçada para se tornar cabo de esquadra em março, foi rebaixado por deserção em abril, novamente elevado a cabo de esquadra em novembro de 1834 e outra vez rebaixado pela segunda deserção em março de 1835; José Joaquim de Souza voluntariou-se em dezembro de 1835, também não precisou ser anspeçada para receber a promoção à cabo de esquadra em janeiro, furriel em abril e 2º sargento em setembro de 1836; Manoel José Dias de Carvalho foi recrutado em maio e, talvez por não ter-se voluntariado, seguiu perfeitamente a hierarquia, mas em julho tornou-se anspeçada, cabo de esquadra em dezembro de 1838, 2º sargento em janeiro e 1º sargento em julho de 1839<sup>15</sup>. Estas vantagens eram mais abertas às praças, porque os oficiais, ainda que também tenham recebido promoções mais frequentemente que em períodos anteriores, não ascenderam tão rapidamente quanto às praças graduadas<sup>16</sup>.

Além das capacidades individuais, a possibilidade de ser promovido dependia das vagas em aberto, do acaso de haver sentado praça numa arma em que havia maior número de vagas ou de ser transferido para uma unidade em organização. Mas, aos que tinham alguma capacidade de se destacar entre os efetivos, àqueles eram anos ainda mais favoráveis aos dispostos em gastar os anos em meio aos acampamentos militares e às pejejas pela manutenção da ordem de norte a sul do Brasil. O que não duraria muito, pois, na medida em que as revoltas eram sucessivamente controladas a partir dos primeiros anos da década de 1840, as promoções voltaram a ser espaçadas em anos para todos<sup>17</sup>. Conforme foi visto nos casos dos militares rio-grandenses.

A urgência da guerra explica a rapidez destas promoções, mas, ao lado disso, também parece ter havido escassa disponibilidade de indivíduos avaliados como suficientemente hábeis para se tornarem graduados. Ao menos é o que se pode entender dos casos em que mi-

<sup>15</sup> Respectivamente, AN, SG, IG<sup>1</sup> 172, Porto Alegre, 26/5/1837, fé de ofício de João F. R. Junqueira; AN, SG, IG<sup>1</sup> 278, Laguna, 4/2/1849, fé-de-ofício de José J. de Souza; AN, SG, IG<sup>1</sup> 69, Recife, 3/7/1846, fé-de-ofício de Manoel J. D. de Carvalho.

<sup>16</sup> Consultar, AN, SG, IG<sup>1</sup> 503, Alegrete, 7/4/1859, fé de ofício de José D. do Couto; arraial de Nazaré no Pará, 20/8/1861, fé-de-ofício de José S. Gaspar; tapera do Dutra (?), 4/7/1861, fé-de-ofício de Adolfo S. de Ataíde.

<sup>17</sup> Consultar AHRS, REQ, M. 90, Bagé, 22/9/1850, fé de ofício de Euzébio N. de Souza; AN, SG, IG<sup>1</sup> 70, Pernambuco, 14/7/1847, fé-de-ofício de Gregório J. de Barcelos.

litares, depois de punidos e rebaixados, eram promovidos ainda mais rapidamente para os postos que ocupavam anteriormente. Um destes casos foi visto acima, mas há outros. Jesuíno Batista da Silva foi recrutado no Maranhão em novembro de 1840, passou a cabo de esquadra em junho, furriel em novembro, 2º sargento em dezembro de 1841, desertou em 1843, foi preso em janeiro de 1844 e perdeu o tempo de serviço anterior. Libertado em outubro, foi promovido anspeçada em novembro de 1844, cabo de esquadra em maio, furriel e 2º sargento em junho de 1845, depois disto se tornaria 1º sargento em abril e alferes secretário em julho de 1847. Atribuição que sugere alguma capacidade de reunir letras e de lidar com números, mas não parece ter sido o suficiente, pois, foi dispensado por inabilidade e retornou à tropa. Já estava reformado quando foi preso novamente por roubar a casa de uma prostituta em Jaguarão, no Rio Grande do Sul<sup>18</sup>.

Este último caso sugere que, além da necessidade de combatentes, o aumento do efetivo e a crescente burocratização do Exército demandaram a necessidade de militares capazes de desempenhar atividades estritamente vinculadas à administração burocrática. O que é sugerido ainda mais fortemente por outro caso. Aprígio Antônio do Espírito Santo assentou praça voluntariamente em 24 de agosto, foi promovido cabo de esquadra 2 dias depois “por proposta aprovada pelo comandante”, 2º sargento em 5 de setembro de 1835 “na mesma conformidade” e se tornou amanuense da secretaria do comando das armas da Corte em 18 de fevereiro de 1836<sup>19</sup>. Em outras palavras, Aprígio sequer precisou sujar a farda para ser promovido muito rapidamente – saltando os postos de anspeçada e de furriel – e alocado numa das repartições mais importantes da administração do Exército Imperial, muito provavelmente, por seu domínio da escrita. Estas considerações bastam para demonstrar as oportunidades abertas na vida dos indivíduos com algum domínio do abecedário, fossem eles recrutados ou voluntários, com o processo de expansão do Exército, uma das faces da expansão do Estado imperial, talvez, a mais importante naquela conjuntura.

As razões das oportunidades oferecidas aos praças graduados resultavam da própria feição da instituição que passaram a integrar. O Exército brasileiro da primeira metade do século XIX não era uma força profissional segundo os padrões iniciados por Napoleão. Caracterizando-se por ser uma organização em que a formação técnica era muito limitada e por isto, a disposição de alguns em incorporar ao

<sup>18</sup> AN, SG, IG<sup>1</sup> 588, Rio de Janeiro, 185?, fé de ofício de Jesuíno B. da Silva.

<sup>19</sup> AN, SG, IG<sup>1</sup> 172 (RS), Porto Alegre, 26/5/1837, fé de ofício de Aprígio A. do E. Santo.

serviço era extremamente valorizada pelo fato da imensa maioria dos ter sido arregimentada contrariamente. Não havia uma burocracia de carreira, a antiguidade no serviço pouco importava nas promoções, etc. Neste quadro pouco profissional, mesmo indivíduos sem muitas habilidades específicas podiam ascender na carreira. Era um cenário em que ser voluntário podia significar o critério de desempate numa disputa entre dois indivíduos por um posto. Algo compreensível num contexto em que a grande maioria, além de não ter conhecimentos específicos, servia contra a vontade. Com isto abria-se a possibilidade de promoção para os que se diferenciavam positivamente dos demais por outros fatores, como ser voluntário.

Especialmente durante as revoltas provinciais, a necessidade de efetivos ampliou as oportunidades tanto para os recrutados quanto para os voluntários permanecerem no Exército e ascenderem na carreira. Uns e outros podiam tornar-se extremamente valorizados. De uma parte, a reorganização do Exército, aumentou enormemente a precisão por indivíduos capazes de desempenhar funções burocráticas intermediárias. De outra, a urgência das guerras obrigou a ampliação da reunião e da formação de combatentes. O que significou a maior valorização dos indivíduos que demonstrassem alguma habilidade em auxiliar os oficiais no difícil trato com uma massa majoritária de soldados involuntários, oriundos dos setores livres mais humildes, habituados a se subordinar pelo uso da coerção física. E o fato da maioria deles não ter ultrapassado os postos inferiores não significava insucesso. Afinal, foram sujeitos que galgaram os escalões subalternos e, a partir deles, ascenderam na escala social daquela sociedade fortemente hierarquizada.